



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

Processo nº: 3.496/18-e
Jurisdicionada: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF
Assunto: Admissão de Pessoal
Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE
Publicação: Pauta dispensada (art. 116, § 5º, inciso V do Regimento Interno do TCDF)

Ementa: Exame do Edital nº 21/DGP-PMDF, publicado no DODF de 26.1.2018, destinado à abertura de concurso público de admissão ao Curso de Formação de Praças (CFP) com graduação de Soldado Policial Militar da PMDF do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPPMC.

A Instrução sugere determinação para correção da cláusula acerca do direito à nomeação do candidato aprovado.

Na Sessão de 8.2.2018, VOTEI de acordo com o Corpo Técnico, com alerta quanto à necessidade de republicação do edital.

VISTA DOS AUTOS deferida ao Conselheiro MÁRCIO MICHEL (Decisão nº 367/18-CPM).

O nobre Revisor VOTA em conformidade com este Relator, com acréscimo de se determinar a exclusão do subitem do edital que prevê a eliminação automática de candidatos fora das vagas estipuladas no certame (subitem 18.1.1).

Na Sessão do dia 1º.3.2018, VOTEI pela manutenção do entendimento anterior.

VISTA DOS AUTOS deferida ao Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO (Decisão nº 737/18-CPM).

O segundo Revisor VOTA de acordo com o encaminhamento proposto por este Relator, valendo-se de fundamentação diversa, e pela inclusão de cláusula editalícia que preveja norma do Decreto Federal referente à autorização de nomeação de 50% dos excedentes.

Reabertura da discussão (RI, art. 64, §§ 1º e 6º).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

Distribuição antecipada do Voto-Vista e do Voto deste Relator na forma do art. 54, inciso II do RI. Prosseguimento do julgamento iniciado na S.O. nº 5015.

VOTO no sentido de que seja determinada correção da cláusula referente ao direito à nomeação do candidato aprovado, com alerta quanto à necessidade de republicação do edital.

RELATÓRIO

Na S.O. de 8.2.2018 submeti à apreciação deste egrégio Plenário o Voto constante do e-doc F02BADEC-e, o qual faço transcrever:

“4. Trata-se da análise inicial do Edital nº 21/DGP-PMDF, publicado no DODF de 26.1.2018, destinado à abertura de concurso público de admissão ao Curso de Formação de Praças (CFP) com graduação de Soldado Policial Militar da PMDF do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes – QPPMC (e-doc 01CD99B8-e).

5. O Corpo Técnico indica a existência de uma única irregularidade (subitem 23.7 do edital) que reclama correção pela jurisdição.

6. Passa-se à análise da matéria.

7. O subitem 23.7 do edital dispõe que a “aprovação no concurso público não assegura ao candidato o direito de inclusão na PMDF nem de matrícula no Curso de Formação de Praças”.

8. Referida previsão está em desacordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, de 9.12.2015, adotada em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário nº 837311.

*9. De acordo com o Pretório Excelso, em processo de relatoria do e. Ministro LUIZ FUX, o **direito subjetivo** à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses:*

1 – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas previstas no edital;

2 – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação;

3 – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima.

10. *Esse, inclusive, foi o entendimento firmado por esta Corte na Sessão de 13.12.2016, em resposta à Consulta formulada pela douta Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, in verbis:*

DECISÃO Nº 6.278/16 (CIMF)

*“O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, fundamentado em sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 111, do RI/TCDF, decidiu: I – tomar conhecimento da **Consulta** formulada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, por cumprir os requisitos de admissibilidade previstos no RI/TCDF; II – **firmar o seguinte entendimento:** a) **o candidato aprovado dentro do número de vagas especificado em Edital possui direito subjetivo à nomeação;** [...]*

Presidiu a sessão o Vice-Presidente, Conselheiro PAIVA MARTINS. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Senhor Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA.” (grifei).

11. *Nota-se, portanto, que o edital prevê uma regra contrária àquela vigente no ordenamento jurídico, devendo ser feita a retificação pelo órgão jurisdicionado, conforme bem destacou a Unidade Instrutória.*

12. *Por fim, cumpri alertar à Polícia Militar do DF que o citado ajuste deverá ser publicado integralmente no Diário Oficial do Distrito Federal, bem como no site oficial do órgão público e no site da pessoa jurídica contratada para realizar o certame.*

13. *Ressalta-se que como a alteração não tem o condão de modificar o conteúdo programático previsto no edital, não há a necessidade de que o prazo de 90 (noventa) dias – contados da publicação do edital até a data da primeira prova – seja reiniciado, consoante art. 12, parágrafo único, da Lei nº 4.949/12².*

Em face do exposto, em harmonia com a Instrução, acrescido do alerta contido no parágrafo 12 deste Relatório, VOTO no sentido de

² Art. 12. A alteração de qualquer dispositivo do edital normativo do concurso deve ser publicada integralmente no Diário Oficial do Distrito Federal, bem como no site oficial do órgão ou entidade interessada no concurso público e no site da pessoa jurídica contratada para realizá-lo.

Parágrafo único. Exceto na hipótese de supressão de conteúdo a ser estudado pelo candidato, a alteração no conteúdo programático previsto no edital ensejará recomeço da contagem do prazo a que se refere o art. 11, I, a partir da publicação da alteração.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

que o Tribunal:

I. tome conhecimento do Edital nº 21/DGP – PMDF, publicado no DODF de 26.1.2018, que divulga o concurso público de admissão ao Curso de Formação de Praças (CFP) na graduação de Soldado Policial Militar do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes-QPPMC da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como do Aviso de Contratação de Instituição para Realização de Concurso Público, publicado no DODF de 16.1.2017;

II. determine à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias, retifique o Edital nº 21/DGP – PMDF, publicado no DODF de 26.1.2018, para alterar a redação do subitem 23.7, a fim de adequá-la à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, adotada em sede de repercussão geral, no âmbito Recurso Extraordinário nº 837311, no sentido de que o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas previsto do edital;

III. alerte o órgão jurisdicionado de que referida modificação deverá ser publicada integralmente no Diário Oficial do Distrito Federal, no site oficial do órgão público e no site da pessoa jurídica contratada para realizar o concurso público;

IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para o acompanhamento do concurso.”

2. Naquela oportunidade, o Tribunal, acolhendo solicitação formulada pelo Conselheiro MÁRCIO MICHEL, deferiu-lhe vista dos autos (Decisão nº 367/18-CPM, e-doc E26986EA-e).

3. O nobre Revisor redigiu o Voto-Vista constante do e-doc 8846E20D-e, do qual destaco o seguinte trecho:

“5. Ao examinar o Edital nº 21/DGP-PMDF, verifiquei que o item 18 DA APROVAÇÃO, DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO FINAL NO CONCURSO, especificamente no subitem 18.1.1, elimina candidatos que realizaram com êxito todas as etapas contidas no edital, mas não atingiram a classificação definida para cadastro de reserva estabelecida no item 18.1, verbis:

18.1 Serão considerados aprovados no concurso público somente os candidatos que realizaram com êxito todas as etapas mencionadas neste edital e que estejam classificados dentro da quantidade de vagas indicadas nos subitens 1.2 e 1.3 do presente edital, ou seja:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

a) sexo masculino: 450 (quatrocentos e cinquenta) candidatos para admissão no Curso de Formação de Praças e 1.350 (um mil, trezentos e cinquenta) candidatos para a formação de cadastro de reserva; e

b) sexo feminino: 50 (cinco) candidatas para admissão no Curso de Formação de Praças e 150 (cento e cinquenta) candidatas para a formação de cadastro de reserva.

18.1.1 Os demais candidatos relacionados na listagem final do concurso público e que tiveram classificação superior ao das vagas indicadas no subitem 18.1 serão considerados eliminados e não terão classificação alguma no presente concurso público.

(Grifei)

6. *Em que pese haver entendimentos contrários, tendo em vista que não desconheço a jurisprudência dos tribunais pátrios, o meu posicionamento é no sentido de que tal regra (subitem 18.1.1) é desarrazoada e pode revelar-se contrária ao interesse público.*

7. *Registro, preliminarmente, que não me posiciono contrariamente à cláusula de barreira, que, no meu sentir, sublinho, ocorre entre etapas de um concurso, e não após a conclusão de todas as fases do certame. Nesse sentido, entendo contraproducente a eliminação de candidatos após a publicação do resultado final, pois, se a finalidade do concurso público é selecionar e classificar os candidatos que realizaram com êxito todas as etapas, não me parece razoável que, ao final, o edital elimine tais candidatos.*

8. *Destaco que não há imposição legal para a Administração Pública estabelecer um quantitativo destinado a cadastro de reserva nos editais de concursos públicos, sendo possível, durante o prazo de validade do certame, realizar novas admissões de aprovados além do número de vagas previsto, observada a ordem de classificação.*

9. *Em geral, o estabelecimento de um quantitativo para cadastro de reserva é feito pela Administração Pública com base em eventuais necessidades decorrentes da criação de novos cargos ou de vacância (como reformas, demissões, exonerações, etc.), no decorrer do prazo de validade do certame, além das carências já disponíveis para preenchimento.*

10. *Ademais, é lícito admitir candidatos aprovados além daqueles do cadastro de reserva, desde que obedecida a ordem de classificação, o concurso esteja no prazo de validade e haja disponibilidade orçamentária e financeira.*

11. *Ressalto, por oportuno, que ao manter candidatos aprovados*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

além do quantitativo previsto para cadastro de reserva, isso não importa na ampliação das vagas do concurso público e, tampouco, do cadastro de reserva.

12. Ademais, os candidatos excedentes, caso mantidos como aprovados no certame, de acordo com pacífica e remansosa jurisprudência, não têm direito subjetivo à nomeação, mas mera expectativa¹.

13. Nesse sentido é a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral - RE 837.311/PI (Tema 784):

"O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima. " (Tema 784/STF).

14. Outrossim, consigno que não há qualquer reflexo orçamentário ou financeiro imediato decorrente da não eliminação de candidatos classificados além do número estabelecido para cadastro de reserva.

15. Assim, não me parece razoável que a Administração Pública, no momento da publicação do resultado final do certame, elimine candidatos que realizaram com êxito todas as etapas do concurso, como consta do Edital nº 21/DGP-PMDF (subitem 18.1.1), quando

¹ EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA. CARÁTER PROTELATÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. 1. Candidato aprovado em concurso público para formação de cadastro de reserva não tem direito subjetivo à nomeação, mas mera expectativa. 2. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. 3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (RE 994948 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 17/02/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-047 DIVULG 10-03-2017 PUBLIC 13-03-2017).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

se verifica que a prudência recomenda manter tais candidatos como aprovados para, em momento apropriado, diante das reais necessidades do quadro de pessoal e das disponibilidades orçamentárias e financeiras da Corporação Militar, realizar-se o juízo discricionário, de conveniência e oportunidade, acerca de eventual aproveitamento de candidatos classificados além das vagas ofertadas e do cadastro de reserva.

16. A esse respeito, importa consignar que, atualmente, há carência de pelo menos 8.000 (oito mil) postos de Policial Militar da PMDF, com tendência de aumento no decorrer da validade do certame.

17. Assim, considerando o quantitativo de 500 vagas (450 masculino e 50 feminino) para admissão e de 1.500 vagas (1.350 masculino e 150 feminino) para cadastro de reserva, verifica-se claramente que o quantitativo de 2.000 vagas previsto no edital não será suficiente para atender a presente e futura carência da PMDF.

18. Diante desse cenário, a regra de eliminação prevista no subitem 18.1.1 do Edital nº 21/DGP-PMDF mostra-se contrária ao interesse público, porquanto antecipa um juízo de valor que contraria claramente a futura necessidade de contratação.

19. Ante o exposto, acompanho o encaminhamento proposto pelo nobre Relator, acrescentando que o e. Plenário:

l) determine à PMDF que exclua o subitem 18.1.1 do Edital nº 21/DGP-PMDF, promovendo-se as consequentes alterações no instrumento convocatório.”

4. Na Sessão de 1º.3.2018, deixei de acolher as ponderações do Conselheiro MÁRCIO MICHEL pelas seguintes razões expostas no voto apresentado (e-doc 04A77885-e):

“4. Em síntese, o Revisor aquiesce à manifestação deste Relator, com acréscimo de determinar a Polícia Militar do DF que exclua do edital o subitem que prevê que os candidatos “que tiveram classificação superior ao das vagas indicadas no subitem 18.1 serão considerados eliminados e não terão classificação alguma no presente concurso público”.

5. De fato, conforme defendido pelo i. Conselheiro MÁRCIO MICHEL, a manutenção dos candidatos excedentes em lista de aprovados no certame não tem o condão de causar prejuízos aos cofres distritais, uma vez que a medida não confere nenhum direito subjetivo à nomeação, mas apenas a mera expectativa de direito.

6. Todavia, o fator financeiro não deve ser o único a ser ponderado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

7. *A escolha de servidores por meio de concurso público busca, de forma isonômica, permitir o ingresso na Administração Pública daqueles que se encontram mais preparados para o exercício de determinado cargo.*

8. *Ainda que não absoluta, existe grande correlação entre o nível dos candidatos selecionados e sua classificação no certame. Um exagerado aumento no número de nomeações tende a viabilizar o ingresso de candidatos não tão preparados para a atividade, o que pode resultar na redução da qualidade do serviço prestado.*

9. *No caso em exame, verifica-se que o edital prevê **500 vagas diretas** e outras **1.500 vagas para cadastro de reservas**, totalizando **2000 candidatos** que poderão ser convocados para o preenchimento de vagas existentes ou que venham a surgir.*

10. *Impedir que a cláusula 18.1.1 permaneça no edital seria o mesmo que determinar ao gestor a convocação de candidatos selecionados nas mais remotas posições, uma vez que, durante seu prazo de validade, todos os aprovados no concurso em questão teriam prioridade em relação àqueles porventura aprovados nas primeiras posições de concurso posterior.*

11. *Nesse sentido, considerando ser a eficiência um dos princípios norteadores da atividade administrativa, bem como a relevância do cargo cujas vagas se pretende preencher, é coerente que o gestor, observando a necessidade de mais de 2.000 nomeações no prazo de vigência do concurso, priorize a realização de novo certame em detrimento da convocação daqueles que ficaram classificados acima da posição 2.000.*

Em face desses breves esclarecimentos, deixo de acolher o acréscimo proposto pelo nobre Revisor e VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento do Edital nº 21/DGP – PMDF, publicado no DODF de 26.1.2018, que divulga o concurso público de admissão ao Curso de Formação de Praças (CFP) na graduação de Soldado Policial Militar do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes-QPPMC da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como do Aviso de Contratação de Instituição para Realização de Concurso Público, publicado no DODF de 16.1.2017;

II. determine à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias, retifique o Edital nº 21/DGP – PMDF, publicado no DODF de 26.1.2018, para alterar a redação do subitem 23.7, a fim de adequá-la à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, adotada em sede de repercussão geral, no âmbito Recurso Extraordinário nº 837311, no sentido de que o direito subjetivo à nomeação do candidato



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

aprovado em concurso público exsurge quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas previsto do edital;

III. alerte o órgão jurisdicionado de que referida modificação deverá ser publicada integralmente no Diário Oficial do Distrito Federal, no site oficial do órgão público e no site da pessoa jurídica contratada para realizar o concurso público;

IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para o acompanhamento do concurso.”

5. Naquela ocasião, foi deferida vista dos autos ao Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO (Decisão nº 737/18-CPM, e-doc [ADA4AFF2-e](#)).

6. O segundo Revisor elaborou o Voto-Vista constante do e-doc [47075A74-e](#), com o seguinte teor:

“Pois bem. Acolho a posição defendida pelo Relator, porém, com fundamentação diferente. Explico.

A cláusula de barreira é instrumento para balizamento de classificação em concursos públicos, cuja constitucionalidade já foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal. A propósito, quando do exame do RE 635.739 (que decidiu a questão), o Ministro Gilmar Mendes pontuou que a “cláusula de barreira elege critério diferenciador de candidatos em perfeita consonância com os interesses protegidos pela Constituição.”

E mais. Aduz o Ministro:

(...) as regras restritivas em editais de concurso público, como as regras eliminatórias e as denominadas cláusulas de barreira, quando estão fundadas (e assim justificadas) em critérios objetivos relacionados ao desempenho meritório do candidato, concretizam o princípio da igualdade (e também o princípio da impessoalidade) no âmbito do concurso público.

Com a devida vênia ao Revisor, não encontro diferenciação substancial entre a previsão da cláusula de barreira entre as fases do concurso, ou ao final do certame.

Em realidade, a partir do momento em que o candidato não aufere posição abrigada pela cláusula de barreira, sua condição não é outra senão a de eliminado do concurso, nada obstante tenha conseguido o exigido pelo edital normativo para possível classificação que, ao final e ao cabo, no entanto, não ocorreu.

No presente caso em exame, em total consonância com o quanto decidido pelo STF, a cláusula de barreira funcionou como regra eliminatória, não podendo ser, por isso mesmo, extirpada do edital.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

Por outro lado, não comungo também com a posição do Relator, quanto aduz que a convocação de candidatos, para além da cláusula de barreira, “tende a viabilizar o ingresso de candidatos não tão preparados para a atividade, o que pode resultar na redução da qualidade do serviço prestado”, porquanto tal premissa não pode ser objetivamente provada, ante as vicissitudes da vida humana que, muitas vezes, escondem, sob o pálio da insignificância, verdadeiros talentos profissionais.

Assim, tenho por pertinente manter o subitem 18.1.1 do edital em debate, por configurar-se legítimo direito da Administração em limitar equanimemente os candidatos aos cargos em disputa, segundo jurisprudência firme do STF.

Impende ressaltar, por importante, como já decidido pela Corte, contudo, que a PMDF poderá fazer uso do art. 11 do Decreto federal n.º 6.944/2009, o qual prevê que, durante o período de validade do concurso público, a nomeação de candidatos aprovados e não convocados pode ultrapassar em até cinquenta por cento o quantitativo original de vagas.

Entendo, assim, que a PMDF deve alterar o edital, para fazer constar, expressamente, o citado artigo 11 do Decreto federal n.º 6.944, de 21 de agosto de 2009, uma vez que não acarreta nenhum obstáculo ou entrave ao certame em curso.

Diante de todo o exposto, em consonância com o voto do Relator, mas com fundamento diverso e com adendo, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento do Edital n.º 21/DGP – PMDF, publicado no DODF de 26.01.2018, que divulga o concurso público de admissão ao Curso de Formação de Praças (CFP) na graduação de Soldado Policial Militar do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes QPPMC da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como do Aviso de Contratação de Instituição para Realização de Concurso Público, publicado no DODF de 16.01.2017;

II. determine à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias, retifique o Edital n.º 21/DGP – PMDF, publicado no DODF de 26.01.2018, para:

a) alterar a redação do subitem 23.7, a fim de adequá-la à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, adotada em sede de repercussão geral, no âmbito Recurso Extraordinário n.º 837311, no sentido de que o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas previsto do edital;

b) fazer constar, expressamente, o artigo 11 do Decreto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

federal n.º 6.944, de 21 de agosto de 2009;

III. alerte o órgão jurisdicionado de que referida modificação deverá ser publicada integralmente no Diário Oficial do Distrito Federal, no site oficial do órgão público e no site da pessoa jurídica contratada para realizar o concurso público;

IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF, para o acompanhamento do concurso”

7. Nesta assentada, trago novamente os autos para discussão.
8. Conforme bem salientou o nobre Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, o subitem 18.1.1 do edital em nada se diferencia da tradicional cláusula de barreira, cuja constitucionalidade foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 635.739-AL¹.
9. Esse foi o entendimento apresentado por este Relator na sessão pretérita, que, para enriquecer o debate, acrescentou questão atinente à **teórica** capacitação para o cargo daqueles que concluem o concurso com maiores pontuações.
10. Ainda que o segundo Revisor tenha refutado tal ponderação sob o argumento da existência de verdadeiros talentos profissionais escondidos “*sob o palio da insignificância*”, deve-se ressaltar que a exceção não pode servir para invalidar a regra.
11. É de todos sabido que a exegese dos concursos públicos é selecionar de **forma isonômica e impessoal** os candidatos, ao menos em tese, **mais qualificados** para os cargos. Ignorar a busca – nem sempre exitosa – por eficiência e qualificação na seleção por meio de concurso público significa prestigiar apenas a impessoalidade como critério de seleção.
12. No que tange à inclusão no edital do preceito insculpido no art. 11 do Decreto Federal nº 6.944/09, observa-se que o dispositivo veicula delegação para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, “*mediante motivação expressa, a nomeação de candidatos aprovados e não convocados, podendo ultrapassar em até cinquenta por cento o quantitativo*

¹ Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. 2. Concurso Público. Edital. Cláusulas de Barreira. Alegação de violação aos arts. 5º, caput, e 37, inciso I, da Constituição Federal. 3. Regras restritivas em editais de concurso público, quando fundadas em critérios objetivos relacionados ao desempenho meritório do candidato, não ferem o princípio da isonomia. 4. As cláusulas de barreira em concurso público, para seleção dos candidatos mais bem classificados, têm amparo constitucional. 5. Recurso extraordinário provido.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

original de vagas”.

13. Trata-se de regra de desburocratização do processo de nomeação, a qual prevê, de pronto, a possibilidade de nomeações até o número de 150% das vagas definidas no edital.

14. Não identifico no arcabouço jurídico qualquer normativo que impeça um número até maior de nomeações. Enquanto houver interesse público, disponibilidade financeira e orçamentária, cargos vagos e candidatos aprovados em concurso válido, poderão existir nomeações – que, inclusive, excedam os 150% previstos no Decreto.

15. Como exemplo, cito os concursos promovidos em 2012 pela Controladoria-Geral da União e pela Receita Federal do Brasil (Edital nº 7/2012-Esaf e Edital nº 23/2012-Esaf, respectivamente), nos quais foram nomeados quantitativo superior aos 150% das vagas estabelecidas no instrumento convocatório.

16. Ainda que não nos submetamos à disciplina do Decreto Federal nº 6.944/09, cabe lembrar que esta Corte de Contas também valeu-se da prerrogativa de que dispunham seus gestores e, nos seus dois últimos certames, dentre os candidatos aprovados, nomeou tantos quanto considerou necessários para suprir as demandas do Controle Externo.

17. Ademais, impende sopesar que o art. 11 do Decreto Federal nº 6.944/09 não pode ser interpretado isoladamente. O art. 16 dispõe que:

“Art. 16. O órgão ou entidade responsável pela realização do concurso público homologará e publicará no Diário Oficial da União a relação dos candidatos aprovados no certame, classificados de acordo com [Anexo II deste Decreto](#), por ordem de classificação.

§ 1º Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público.”

18. O Anexo II² do normativo federal impõe a sumária eliminação

² ANEXO II

QUANTIDADE DE VAGAS X NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATOS APROVADOS

QTDE. DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL POR CARGO OU EMPREGO	NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATOS APROVADOS
1	5
2	9
3	14
4	18

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

daqueles que se encontrem em posição superior ao dobro do quantitativo de vagas, o que tornaria ainda mais rigorosa a cláusula cuja flexibilização se discute nos presentes autos.

19. Em face do exposto, data vênua do segundo Revisor, i. Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, deixo de acolher a aludida determinação.

Assim sendo, com as devidas vênias aos nobres Revisores, reafirmo o entendimento anterior e VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento do Edital nº 21/DGP – PMDF, publicado no DODF de 26.1.2018, que divulga o concurso público de admissão ao Curso de Formação de Praças (CFP) na graduação de Soldado Policial Militar do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes-QPPMC da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como do Aviso de Contratação de Instituição para Realização de Concurso Público, publicado no DODF de 16.1.2017;

II. determine à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias, retifique o Edital nº 21/DGP – PMDF, publicado no DODF de 26.1.2018, para alterar a redação do subitem 23.7, a fim de adequá-la à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, adotada em sede de repercussão geral, no âmbito Recurso Extraordinário nº 837311, no sentido

5	22
6	25
7	29
8	32
9	35
10	38
11	40
12	42
13	45
14	47
15	48
16	50
17	52
18	53
19	54
20	56
21	57
22	58
23	58
24	59
25	60
26	60
27	60
28	60
29	60
30 ou mais	duas vezes o número de vagas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Proc.: 3.496/18-e

de que o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas previsto do edital;

III. alerte o órgão jurisdicionado de que referida modificação deverá ser publicada integralmente no Diário Oficial do Distrito Federal, no site oficial do órgão público e no site da pessoa jurídica contratada para realizar o concurso público;

IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para o acompanhamento do concurso.

Sala das Sessões, 6 de março de 2018.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada.